



O BANCO DO DESENVOLVIMENTO
DE TODOS OS BRASILEIROS

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDDES

PROFISSIONAL BÁSICO - DIREITO - (1ª Fase)

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

01 - Você recebeu do fiscal o seguinte material:

a) este Caderno, com as 70 questões das Provas Objetivas, sem repetição ou falha, assim distribuídas:

LÍNGUA PORTUGUESA		LÍNGUA ESTRANGEIRA				CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	
Questões	Pontos	INGLÊS		ESPANHOL		Questões	Pontos
		Questões	Pontos	Questões	Pontos		
1 a 10	0,5	21 a 25	0,5	21 a 25	0,5	31 a 40	1,0
11 a 20	1,5	26 a 30	1,5	26 a 30	1,5	41 a 50	1,5
						51 a 60	2,0
						61 a 70	2,5

b) 1 **CARTÃO-RESPOSTA** destinado às respostas às questões objetivas formuladas nas provas.

02 - Verifique se este material está em ordem e se o seu nome e número de inscrição conferem com os que aparecem no **CARTÃO**. Caso contrário, notifique **IMEDIATAMENTE** o fiscal.

03 - Após a conferência, o candidato deverá assinar no espaço próprio do **CARTÃO**, preferivelmente a caneta esferográfica de tinta na cor preta.

04 - No **CARTÃO-RESPOSTA**, a marcação das letras correspondentes às respostas certas deve ser feita cobrindo a letra e preenchendo todo o espaço compreendido pelos círculos, a **caneta esferográfica de tinta na cor preta**, de forma contínua e densa. A LEITORA ÓTICA é sensível a marcas escuras; portanto, preencha os campos de marcação completamente, sem deixar claros.

Exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

05 - Tenha muito cuidado com o **CARTÃO**, para não o **DOBRAR, AMASSAR ou MANCHAR**. O **CARTÃO SOMENTE** poderá ser substituído caso esteja danificado em suas margens superior ou inferior - **BARRA DE RECONHECIMENTO PARA LEITURA ÓTICA**.

06 - Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas 5 alternativas classificadas com as letras (A), (B), (C), (D) e (E); só uma responde adequadamente ao quesito proposto. Você só deve assinalar **UMA RESPOSTA**: a marcação em mais de uma alternativa anula a questão, **MESMO QUE UMA DAS RESPOSTAS ESTEJA CORRETA**.

07 - As questões objetivas são identificadas pelo número que se situa acima de seu enunciado.

08 - **SERÁ ELIMINADO** da Seleção Pública o candidato que:

- se utilizar, durante a realização das provas, de máquinas e/ou relógios de calcular, bem como de rádios gravadores, *headphones*, telefones celulares ou fontes de consulta de qualquer espécie;
- se ausentar da sala em que se realizam as provas levando consigo o Caderno de Questões e/ou o **CARTÃO-RESPOSTA**.

Obs. Por medida de segurança, o candidato só poderá retirar-se da sala após 30 (trinta) minutos contados a partir do início das provas e só poderá levar o Caderno de Questões das Provas Objetivas faltando 30 (trinta) minutos para o término das mesmas.

09 - Reserve os 30 (trinta) minutos finais para marcar seu **CARTÃO-RESPOSTA**. Os rascunhos e as marcações assinaladas no Caderno de Questões **NÃO SERÃO LEVADOS EM CONTA**.

10 - Quando terminar, entregue ao fiscal o **CADERNO DE QUESTÕES**, ressalvado o disposto na observação do item 08, e o **CARTÃO-RESPOSTA E ASSINE A LISTA DE PRESENÇA**.

11 - O **TEMPO DISPONÍVEL PARA ESTAS PROVAS DE QUESTÕES OBJETIVAS É DE 4 (QUATRO) HORAS**.

12 - As questões e os gabaritos das Provas Objetivas estarão disponíveis, no dia útil seguinte à sua realização, nas páginas da **FUNDAÇÃO CESGRANRIO** (www.cesgranrio.org.br) e do **BNDDES** (www.bndes.gov.br).

LÍNGUA PORTUGUESA

Texto I

Faça diferente todos os dias!

Criatividade no dicionário quer dizer “ver-se, ter coragem para empreender”. Não seria isso que falta hoje a todos nós nas empresas? Que mundo corporativo é este em que vivemos, onde milhares de cursos, palestras, seminários e até congressos são realizados, “tematizando” a criatividade; ilustrando o perfil do profissional moderno como sendo possuidor, entre outros, de criatividade para “batalhar” o seu trabalho?

Aliás, essa é a questão de muitas palestras que estão acontecendo neste exato momento. “O que você fez de diferente no dia de hoje em seu ambiente de trabalho?”. Mas se criar é a capacidade de dar origem, tirar do nada, imaginando, inventando novas idéias, como fazer isto acontecer sem ousadia? Sem coragem para empreender?

Não é fácil ser criativo. Não é fácil ter uma idéia em que ninguém ainda pensou. E quando “dá o *click*” é preciso correr, pois já dizia o poeta que o tempo não pára e se demorar outro terá a mesma idéia e, sendo mais rápido que você, terá “todos os méritos da invenção”. Aí, para criar algo novo – de novo – será desanimador.

Criatividade não pode ser considerada um dom. Todos nós somos criativos. Afinal, quando crianças, como aprendemos a desenhar nossos rabiscos? Ninguém nos ensina. Simplesmente desenhamos o que achamos que devemos desenhar, pois ainda não possuímos padrões estabelecidos. E é isso que falta em nós, quando adultos. Deixamos de criar. Nos apegamos aos padrões que nos impedem de crescer, ampliar e inovar.

Agora, se todos nós somos, por essência, criativos, por que não ousamos também? Devíamos ousar mais nas nossas idéias. Não ter medo de ouvir “não”. Acreditar naquilo que nossa voz interior diz (todos somos um pouco “esquizofrênicos” e ouvimos uma voz no nosso íntimo). Ousar a acreditar. Acreditar em nós. Em nosso potencial.

Daniel Stur. (adaptado)

1

No 1º parágrafo do Texto I, os valores semânticos dos questionamentos feitos são, respectivamente:

- (A) refletir sobre o problema e contestar a validade da ação.
- (B) apresentar solução e criticar a ineficiência do procedimento.
- (C) negar o fato e denunciar a improcedência da atitude.
- (D) comprovar a incapacidade humana e refletir sobre a importância do assunto.
- (E) questionar a validade do assunto e ponderar sobre a eficácia de procedimento.

2

Em relação à criatividade humana, é **INCORRETO** afirmar que:

- (A) independe de estímulo externo.
- (B) evidencia-se claramente na infância.
- (C) depende do autoconhecimento e da autoconfiança.
- (D) é uma capacidade que nem todos possuem.
- (E) é inerente ao ser humano.

3

O valor semântico da expressão entre travessões em “Aí, para criar algo novo – de novo – será desanimador.” (l. 21) é:

- (A) expressar a revolta provocada pelo insucesso na tentativa de criar.
- (B) demonstrar a fugacidade do ato criador.
- (C) realçar o esforço despendido na criação.
- (D) evidenciar a incapacidade de recriar.
- (E) caracterizar a decepção causada pela impossibilidade de criar.

4

Considere as idéias apresentadas no Texto I e, em seguida, assinale a opção cuja seqüência corresponde à ordem em que elas aparecem no texto.

- I - O ser humano precisa acreditar em si, não temer a recusa.
- II - Criar é a capacidade de originar, o que implica ousadia.
- III - Os valores consagrados socialmente inibem a criatividade no ser humano.

A seqüência correta é:

- (A) I, II, III.
- (B) II, I, III.
- (C) II, III, I.
- (D) III, I, II.
- (E) III, II, I.

5

O sentido da expressão destacada na passagem “como sendo possuidor,” (l. 7) é:

- (A) como se fosse.
- (B) que é.
- (C) para que seja.
- (D) embora seja.
- (E) quando for.

6

Assinale a opção em que os vocábulos **NÃO** são acentuados graficamente pela mesma regra.

- (A) “pára” – “dá”.
- (B) “Aí” – “possuímos”.
- (C) “Até” – “você”.
- (D) “é” – “nós”.
- (E) “Devíamos” – “idéia”.

7

As palavras em destaque pertencem à mesma classe gramatical, **EXCETO** na opção:

- (A) “...**que** falta hoje a todos nós nas empresas?” (l. 2-3)
- (B) “...**que** estão acontecendo neste exato momento.” (l. 9-10)
- (C) “...**que** o tempo não pára...” (l. 18)
- (D) “...**que** nos impedem de crescer, ampliar e inovar.” (l. 28-29)
- (E) “...**que** nossa voz interior diz...” (l. 33)

8

Assinale a opção em que o sentido se mantém quando se reescrevem os períodos “Deixamos de criar. Nos apegamos aos padrões que nos impedem de crescer, ampliar e inovar.” (l. 28-29) em um só período.

- (A) Deixamos de criar no entanto nos apegamos aos padrões que nos impedem de crescer, ampliar e inovar.
- (B) Deixamos de criar mesmo que nos apeguemos aos padrões que nos impeçam de crescer, ampliar e inovar.
- (C) Deixamos de criar a fim de que nos apeguemos aos padrões que nos impedem de crescer, ampliar e inovar.
- (D) Deixamos de criar uma vez que nos apegamos aos padrões que nos impedem de crescer, ampliar e inovar.
- (E) Como deixamos de criar, nos apegamos aos padrões que nos impedem de crescer, ampliar e inovar.

9

Transpondo a frase **Faça diferente todos os dias!** para a 2ª pessoa do singular do imperativo negativo, teremos a forma verbal:

- (A) não faze.
- (B) não façás.
- (C) não fazes.
- (D) não fazei.
- (E) não faz.

10

A preposição **NÃO** constitui caso de regência em uma das opções. Indique-a.

- (A) “que falta hoje a todos nós...” (l. 2-3)
- (B) “possuidor, entre outros, de criatividade...” (l. 7-8)
- (C) “em seu ambiente de trabalho?” (l. 11-12)
- (D) “a capacidade de dar origem,” (l. 12)
- (E) “Não ter medo de ouvir ‘não’ ” (l. 32)

Texto II

Já se foi o tempo em que separar a emoção da razão era considerado fator indispensável para o sucesso dos negócios. Hoje, essa visão começa a perder força, já que as empresas passaram a ver no potencial humano o diferencial para o negócio. E como é possível separar o homem dos sentimentos? “Exigir isso é o mesmo que tentar deslocar nossa cabeça do resto do corpo. O que é preciso é saber gerenciar e dosar bem as duas medidas, como em tudo na vida”, afirma Maria Carlota Boabaid, pedagoga e mestra em Administração de Empresas, que atua na área de Gestão de Pessoas. Com uma visão ampla sobre o tema emoção e trabalho, Maria Carlota afirma ainda que a emoção não é berço ou privilégio apenas da área. É inerente e insumo do ser humano, está presente em todos os lugares e influencia a motivação das pessoas. “Talvez a gestão das questões comportamentais, sim, deva ser tratada pelo RH. Mas, comportamento é uma das expressões da emoção”, complementa.

Patrícia Bispo (adaptado)

11

O sentido do “berço ou privilégio” (l. 13-14), no contexto em que se insere, é:

- (A) alicerce ou exclusividade.
- (B) início ou prerrogativa.
- (C) concessão ou dom.
- (D) origem ou vantagem.
- (E) particularidade ou condição.

12

O Texto II **NÃO** apresenta uma das idéias abaixo. Qual?

- (A) O rumo dos negócios depende da capacidade emocional do ser humano.
- (B) A emoção traduz-se no comportamento.
- (C) A capacidade global do ser humano é o fator que determina o êxito nos negócios.
- (D) A razão era o fator preponderante para o sucesso dos negócios.
- (E) É essencial saber administrar e equilibrar razão e emoção.

13

Assinale a opção em que as formas verbais **NÃO** constituem uma locução.

- (A) “começa a perder” (l. 3-4) (B) “passaram a ver” (l. 4)
(C) “tentar deslocar” (l. 7) (D) “é saber” (l. 8)
(E) “deva ser” (l. 17)

14

Em “**Com** uma visão ampla sobre o tema emoção e trabalho,” (l. 12), o valor semântico da preposição destacada na circunstância que introduz, em relação ao contexto em que se insere, é de:

- (A) concessão. (B) modo.
(C) meio. (D) instrumento.
(E) causa.

15

Quanto ao uso da vírgula nos trechos abaixo, assinale a opção que apresenta justificativa de emprego **INCORRETA**.

- (A) “Hoje, essa visão...” (l. 3) – para separar o adjunto adverbial deslocado.
(B) “começa a perder força, já que as empresas...” (l. 3-4) – para separar a oração subordinada da principal.
(C) “afirma Maria Carlota Boabaid, pedagoga e mestra em Administração de Empresas,” (l. 9-11) – para isolar o aposto.
(D) “pedagoga e mestra em administração de empresas, que atua na área de Gestão de Pessoas.” (l. 10-11) – para separar a oração subordinada adjetiva restritiva.
(E) “É inerente e insumo do ser humano, está presente em todos os lugares...” (l. 14-15) – para separar orações coordenadas assindéticas.

Texto III

O valor das coisas

Nada aproxima mais a economia da meteorologia que a dificuldade em explicar o valor das coisas, em particular o preço das ações de uma empresa. Ambas as disciplinas têm de lidar com fenômenos cujo comportamento futuro exige uma assustadora imprevisibilidade. Ambas ensejam belíssimas aplicações de sistemas dinâmicos não lineares e estocásticos, coisas que o leitor provavelmente não conhece, mas pode se interessar em saber que essas técnicas às vezes aparecem com denominações como “teoria do caos” ou “matemática das catástrofes”, que não são inteiramente injustas como objeto de estudo tanto da economia quanto da meteorologia. Mas é com alegria que podemos informar que há método nessa loucura e que a economia pode

15 dizer-nos muitas coisas importantes sobre o valor de uma empresa, embora não o suficiente para fazer dos economistas bons conselheiros para investimentos nas bolsas.

Uma primeira lei fundamental nesse domínio é que o preço de qualquer coisa durável depende do futuro ou, mais precisamente, do que as pessoas pensam sobre o futuro. Uma empresa deve valer, de acordo com esse postulado, o equivalente à expectativa média sobre seu fluxo futuro de lucros. Parece simples, mas as confusões em torno desse tema são infundáveis.

Gustavo Franco

16

A relação de sentido estabelecida entre a economia e a meteorologia justifica-se porque ambas lidam com a:

- (A) precisão.
(B) regularidade.
(C) complexidade.
(D) previsibilidade.
(E) probabilidade.

17

Num enfoque econômico, o valor das coisas duráveis é estimado segundo critérios:

- (A) pré-estabelecidos com base no valor de mercado do momento.
(B) estabelecidos a partir do valor mínimo vigente.
(C) avaliativos sobre o provável valor de mercado futuro.
(D) comparativos entre o valor real e o provável, futuro.
(E) prospectivos em relação à média de lucros futuros.

18

“Uma primeira lei fundamental nesse domínio é que o preço de qualquer coisa durável depende do futuro ou, mais precisamente, do que as pessoas pensam sobre o futuro.” (l. 18-21) Reescrevendo o período acima, o sentido se mantém em:

- (A) Nesse domínio, uma primeira lei fundamental é que depende do futuro o preço de qualquer coisa durável ou, mais precisamente, do que as pessoas pensam sobre o futuro.
(B) Uma primeira lei fundamental é que, nesse domínio, o preço de qualquer coisa durável depende do futuro ou, mais precisamente, do que as pessoas pensam sobre o futuro.
(C) Uma primeira lei, nesse domínio, fundamental é que o preço de qualquer coisa durável depende, mais precisamente, do futuro ou do que as pessoas pensam sobre o futuro.
(D) Uma primeira lei fundamental é que, nesse domínio, o preço de qualquer coisa durável depende do futuro mais precisamente, ou do que as pessoas pensam sobre o futuro.
(E) Uma primeira lei fundamental nesse domínio é que, mais precisamente, o preço de qualquer coisa durável depende do futuro ou do que as pessoas pensam sobre o futuro.

19

Assinale a passagem que **NÃO** constitui uma oração, pois o elemento destacado não é conectivo.

- (A) “**que** a dificuldade em explicar o valor das coisas,” (l. 2)
- (B) “**que** o leitor provavelmente não conhece,” (l. 7-8)
- (C) “**que** não são inteiramente injustas como objeto de estudo tanto da economia quanto da meteorologia.” (l. 11-13)
- (D) “**que** podemos informar...” (l. 13)
- (E) “**que** há método nessa loucura...” (l. 14)

20

Indique a opção em que os substantivos derivados dos verbos abaixo são grafados, respectivamente, com **Ç** e **SS**, como os derivados de “aproximar” e “interessar”.

- (A) Pretender e intimar.
- (B) Afligir e reprimir.
- (C) Agredir e exhibir.
- (D) Interessar e compreender.
- (E) Explicar e deter.

LÍNGUA ESTRANGEIRA - INGLÊS

INTERNATIONAL WOMEN’S DAY

Some 40 women entrepreneurs from the Middle East and North Africa told a World Bank-sponsored roundtable that education and wealth were usually not enough to overcome barriers to business in their countries.

5 The women made it clear they still faced barriers men might not.

For example, a Harvard-educated woman had to establish a medical waste management company under her brother’s name, because women were not allowed to be issued licenses in her country. Another woman building the first private petrochemical terminal in the Persian Gulf could not take her two foreign business partners to lunch because she had to sit in the women’s section of the restaurant.

10
15 The examples show that women make up an increasing number of small, medium and large-scale producers, investors, and entrepreneurs in the Middle East and North Africa region, and they are creating significant number of jobs in the process. But as the world marks
20 International Women’s Day today, the examples also show there are many, usually gender-based, obstacles in their way – including obstructed access to decision makers, inaccessibility of finance, unequal treatment under the law, and resistant social norms.

25 The women who took part in the World Bank’s recent roundtable were among those who made it despite the hurdles – successful owners or founders of businesses in a wide variety of sectors from Algeria, Morocco, Tunisia, Libya, Egypt, WBG, Lebanon, Iraq, Iran, Jordan, Kuwait,
30 Saudi Arabia, Bahrain, Qatar, Yemen, Syria and the United Arab Emirates. But as statistics and anecdotal evidence show many other women are held back, costing the Middle East and North African countries millions of jobs; the region has the world’s lowest rate – 32 percent – of female
35 workforce participation.

“The World Bank’s goal is to increase women’s entrepreneurship to strengthen the private sector, create jobs, and advance women’s empowerment through economic opportunities,” says Nadereh Chamlou, Senior
40 Advisor and Gender Coordinator in the Office of the Chief Economist for the Bank’s Middle East and North Africa (MENA) region. The Middle East and North Africa region needs to create some 90 million jobs over the next 20 years – “twice as fast as in the past,” says Mustapha
45 Nabli, Chief MENA Economist at the World Bank. “These jobs can only be created by a competitive and diversified private sector, since the public sector and oil-driven models of the past have failed to create the needed jobs.” [...]

Women in the Middle East and North Africa have
50 considerable financial resources, sometimes through
inheritance. A study in one country found \$26.6 billion in
women's bank accounts sitting idle because of laws and
regulations, which prevented women from opening
businesses. Other obstacles were more cultural than
55 structural, such as the negative perception often attached
to working women in the Middle East and North Africa.
[...]

In the United States, women-owned business is
the fastest growing segment of the private sector – which
60 has an impact on the productivity and competitiveness of
the economy. With the investments that the Middle East
and North Africa has made to advance women's education,
identifying and removing barriers that women face to start
up their businesses can spur growth, according to the
65 Bank.

News and Broadcast, March 8, 2006

21

The main purpose of the text is to:

- (A) reveal that, in some parts of the world, women entrepreneurs come up against gender-based discrimination.
- (B) report that female workforce participation is very low in the Middle East and in North African countries.
- (C) discuss the impact that the recent growth of businesses run by women has on the economy of the U.S.
- (D) criticize the public sector in several world regions for not being able to create the needed jobs.
- (E) list a few countries in which women overcame barriers to become successful business owners.

22

Where in the passage are there examples of obstacles some women have to face in the business world?

- (A) Paragraphs 1, 2 and 3.
- (B) Paragraphs 2, 3 and 4.
- (C) Paragraphs 2, 3 and 5.
- (D) Paragraphs 2, 3 and 6.
- (E) Paragraphs 3, 4 and 5.

23

According to the text, one of the obstacles faced by women in the Middle East and North Africa is:

- (A) easy access to people who decide.
- (B) high status of working women.
- (C) availability of financing.
- (D) flexible social norms.
- (E) unfair legal treatment.

24

In "The women who took part in ... were among **those who made it** despite the hurdles—" (lines 25-27), "those who made it" refers to women who:

- (A) achieved success.
- (B) anticipated hurdles.
- (C) created obstacles.
- (D) fought and failed.
- (E) gave it all up.

25

The statement "A study in one country found \$26.6 billion in women's bank accounts **sitting idle**..." (lines 51-52), means that this large amount of money:

- (A) will be invested in a study.
- (B) is not being used at the moment.
- (C) cannot be taken out of the country.
- (D) has been confiscated by the bank.
- (E) has been inherited by women.

26

The words "establish" (line 8) and "prevented" (line 53) could be replaced in text with, respectively:

- (A) purchase – avoided.
- (B) certify – refrained.
- (C) set up – stopped.
- (D) register – escape.
- (E) create – disturbed.

27

Mark the option in which there is a correct correspondence between pronoun and referent.

- (A) "it" (line 5) – "business" (line 4).
- (B) "her" (line 9) – "a Harvard-educated woman" (line 7).
- (C) "they" (line 18) – "examples" (line 15).
- (D) "which" (line 59) – "the private sector" (line 59).
- (E) "their" (line 64) – "barriers" (line 63).

28

Check the item in which "make up" is used in the same sense as in the sentence "The examples show that women **make up** an increasing number of small, medium and large-scale producers," (lines 15-17).

- (A) Some non-governmental organizations are **making up** parcels of old clothes to donate to the Red Cross.
- (B) North African entrepreneurs must **make up** what they owe before the end of the month.
- (C) Most workers in that company had to **make up** all the work they missed when they were ill.
- (D) The World Bank **made up** the money to the amount the committee needed.
- (E) Female representatives from all Middle East countries **make up** the business committee.

29

Check the item in which the word(s) in **boldtype** can be replaced in the sentence by the one(s) in italics.

- (A) "**because** women were not allowed to be issued licenses in her country." (lines 9-10) – *thus*
- (B) "The women who ... were among those who made it **despite** the hurdles—" (lines 25-27) – *in spite of*.
- (C) "**But** as statistics and anecdotal evidence show many other women are held back," (lines 31-32) – *moreover*.
- (D) "...**since** the public sector and oil-driven models of the past have failed to create the needed jobs." (lines 47-48) – *therefore*.
- (E) "**such as** the negative perception often attached to working women in the Middle East and North Africa." (lines 55-56) – *once*.

30

Mark the only correct statement according to the last paragraph of the text.

- (A) Most private-owned businesses in the United States belong to prosperous and successful women.
- (B) North American female entrepreneurs are more productive and competitive than their male counterparts.
- (C) Middle Eastern and North African countries have invested large sums of money to improve local economy.
- (D) The World Bank believes that enabling women in the Middle East and North Africa to open businesses can stimulate economic development.
- (E) The removal of all economic and social barriers to businesses owned by women worldwide is of vital importance to global economy.

LÍNGUA ESTRANGEIRA - ESPANHOL

Texto I



Escaladores de Greenpeace en el Corcovado de Río de Janeiro piden inmediata protección de bosques y océanos

Acción de Greenpeace a tres días de la Cumbre sobre Biodiversidad (CBD)

Activistas de Greenpeace despliegan una pancarta en el Cristo de Corcovado para pedir a los 188 gobiernos participantes en la Cumbre de la Biodiversidad protección inmediata para la biodiversidad.

Río de Janeiro, Brasil __ Activistas de Greenpeace han desplegado una gran pancarta desde una mano del famoso Cristo de Corcovado, en Río de Janeiro, Brasil, con la leyenda "El futuro del planeta está en vuestras manos" para demandar a los gobiernos que tomen medidas para proteger la vida en la Tierra y asegurar un futuro más seguro para el planeta. El mensaje iba dirigido a los representantes de 188 gobiernos que se van a reunir en Brasil para discutir la protección de la biodiversidad a escala global.

En el decimocuarto aniversario de la primera Cumbre sobre Biodiversidad (CBD) (1), que se inicia el próximo día 20, las delegaciones gubernamentales de todo el mundo negociarán una serie de asuntos cruciales para alcanzar los "Objetivos de Biodiversidad" para 2010 que frenarían la dramática pérdida de biodiversidad en el planeta. Los responsables de Medio Ambiente de 188 países llegarán a Curitiba el 26 de marzo para una recepción con el presidente brasileño Luis Inacio "Lula" da Silva.

"No podemos esperar otros catorce años para que los gobiernos actúen. Tienen que detener la extinción masiva de animales y plantas para todo el planeta inmediatamente, de lo contrario se negarán los beneficios económicos, sociales y culturales de un planeta sano a las generaciones futuras", comentó Paulo Adario, coordinador de la campaña de Greenpeace en la Amazonia.

La diversidad tanto de la vida terrestre como de la marina está siendo destruida a un ritmo sin precedentes. La tasa actual de extinción de plantas y animales es, aproximadamente, 1.000 veces mayor que en épocas anteriores a la aparición del ser humano y las predicciones apuntan a que en 2050 esta tasa sea de 10.000 veces mayor. Esta pérdida de biodiversidad impide a los ecosistemas funcionar adecuadamente.

“La degradación de los ecosistemas es un problema cada vez mayor y por ello se hace urgente la necesidad de establecer una red global de áreas protegidas en las que se incluyan espacios naturales que abarquen grandes superficies y que estén interconectados entre sí”, ha afirmado Miguel Ángel Soto, responsable de la campaña de Bosques de Greenpeace España.

Mientras los gobiernos discuten en Brasil, equipos de activistas de Greenpeace están trabajando en el corazón de la Amazonia y los bosques de Papúa Nueva Guinea para detener la destrucción de las selvas tropicales provocada por el cultivo de productos agrícolas como la soja. Greenpeace hace un llamamiento a todos los gobiernos para que cumplan sus promesas de establecer una red global de áreas protegidas tanto continentales como en los océanos para preservar la biodiversidad en la Tierra.

Notas:

1 - La CBD, junto con la Convención sobre el Cambio Climático de la ONU, nacieron de la Cumbre de la Tierra que tuvo lugar en 1992 en Río de Janeiro. La CBD es el único acuerdo global que trata la necesidad de conservación, uso responsable y reparto equitativo de la biodiversidad, tanto la marina como la terrestre. También es el primero que reconoce que la conservación de la biodiversidad es “una preocupación común de la humanidad” y una parte integral del desarrollo sostenible. Así mismo incluye la necesidad de proteger los conocimientos de los pueblos indígenas y las comunidades locales y fomenta el uso tradicional de los recursos naturales (como la extracción de caucho, por ejemplo).

Disponível em

<http://www.greenpeace.org/espana/news/escaladores-de-en-e>

21

Al desplegar una pancarta con leyenda, en el Corcovado de Río de Janeiro, los activistas de Greenpeace tienen como objetivo:

- (A) celebrar el día del medio ambiente.
- (B) divulgar la Cumbre sobre Biodiversidad.
- (C) llamar la atención de los mandatarios del mundo.
- (D) clamar a los gobernantes brasileños.
- (E) festejar el aniversario de la Cumbre.

22

Donde se lee “y por ello se hace urgente” (5º párrafo), el uso de “ello”, en relación a lo dicho anteriormente, sirve para:

- (A) explicar.
- (B) retomar.
- (C) aclarar.
- (D) enfatizar.
- (E) orientar.

23

Los conectores **mientras** (último párrafo) y **así mismo** (Notas), en el texto, encierran, respectivamente, idea de:

- (A) adversidad / exclusión.
- (B) suposición / adversidad.
- (C) concordancia / conclusión.
- (D) finalización / afirmación.
- (E) concomitancia / inclusión.

24

Tras leer las afirmaciones del texto uno concluye que:

- (A) los gobernantes suelen actuar con vistas al futuro.
- (B) las reservas naturales están protegidas en definitiva.
- (C) CBD tiene objetivos con fecha determinada para alcanzarlos.
- (D) la pérdida de la biodiversidad es algo reciente.
- (E) le toca a Greenpeace organizar la Cumbre sobre Biodiversidad.

25

Respecto a la Cumbre sobre Biodiversidad se puede afirmar que:

- (A) surgió a partir de la Cumbre de la Tierra.
- (B) tendrá lugar en Río de Janeiro.
- (C) fue creado por un organismo internacional.
- (D) refleja la preocupación con los países pobres.
- (E) actúa exclusivamente en la Amazonia.

26

La CBD - Cumbre sobre Biodiversidad - se caracteriza por ser un(a):

- (A) organismo criado para fiscalizar lo relativo a la biodiversidad.
- (B) contrato firmado entre gobernantes de varias naciones.
- (C) junta gubernamental de ámbito global.
- (D) ONG que objetiva preservar la biodiversidad.
- (E) fundación que objetiva la preservación del ecosistema.

27

En la expresión “**desarrollo** sostenible” (Nota), lo subrayado puede ser sustituido por:

- (A) crecimiento.
- (B) detención.
- (C) empobrecimiento.
- (D) acercamiento.
- (E) programación.

Texto II

Fracasa el intento de un acuerdo mundial para frenar la pérdida masiva de especies

El enfrentamiento entre países ricos y pobres frustra el objetivo de la Cumbre de la Biodiversidad

El objetivo de la cumbre de Río de Janeiro de 1992 tendrá que esperar. A falta del documento oficial, que se elaborará el viernes, la octava Conferencia de las Partes sobre Biodiversidad que se celebra en Curitiba (Brasil acabará sin un acuerdo para detener la pérdida de especies en 2010. La falta de sistemas de financiación y los intereses contrapuestos entre países biodiversos (los del sur, que tienen la mayoría de las especies) y los industrializados (que, una vez acabada con su riqueza ambiental, buscan formas para explotar la de los demás) son las causas de este fracaso anunciado.

El tramo ministerial de la cumbre concluyó ayer con la convicción de que la sexta extinción de las especies es actualmente imparable. En 1992 parecía factible frenar la pérdida de biodiversidad en 2010. Hoy, los 122 representantes de los 198 países firmantes del protocolo de Río de Janeiro – salvo Estados Unidos, Irak y Corea del Norte admitieron que no se podrá conseguir. Ni siquiera fueron capaces de fijar una nueva fecha que sustituya a la de 2010. El problema no es menor. Sólo entre 2000 y 2002 la lista de especies animales amenazadas pasó de las 10.000 a casi las 16.000. En total, y contando las plantas, hay 76.000 especies amenazadas (el 4% del total).

La financiación internacional topa con dificultades. El Fondo Mundial Ambiental (GEF, en sus siglas en inglés) es incapaz de aportar recursos, y lo obstaculiza el anuncio de EEUU de reducir a la mitad su aportación, que es casi la cuarta parte de los 12.500 millones de euros que maneja.

Sin embargo, tras 14 años de reuniones y siete cumbres, en algunos temas se vislumbran avances. Uno de ellos, según el secretario general español para la Biodiversidad, Antonio Serrano, es el acceso y distribución de los beneficios genéticos. Esto incluye el pago a los indígenas y a los países ricos ambientalmente (llamados en la conferencia biodiversos) de una compensación por el uso de sus recursos. "Ha sido un día satisfactorio. Por primera vez nadie se opone a discutir la regulación internacional de este sistema", dijo Serrano en una rueda de prensa para los medios españoles organizada por la Fundación Biodiversidad, dependiente del ministerio.

Aunque se trata de un acuerdo para empezar a establecer la regulación es "poner la primera pica", dijo Serrano. Un optimismo que no comparten las organizaciones ecologistas presentes en la cumbre, como Greenpeace, que el martes dio su anti-premio Pelota Desinflada (representada por un globo terráqueo vacío) a la UE por demorar al menos dos años la puesta en marcha de este sistema de compensación.

EL PAÍS, 30 de marzo de 2006.

28

Hay equivalencia semántica entre la expresión "puesta en marcha" (último párrafo) y:

- (A) finalizar.
- (B) aportar.
- (C) reglamentar.
- (D) arrancar.
- (E) mantener.

29

En este texto de El País, respecto a la CBD (Cumbre sobre Biodiversidad), el periódico señala que entre los participantes del encuentro hubo:

- (A) acuerdos financieros para la protección de las especies.
- (B) convicción de todos de que se puede parar la pérdida de biodiversidad.
- (C) coincidencia de todos sobre el acceso indígena a los beneficios genéticos.
- (D) discusión unánime sobre los indicios de avances.
- (E) aprobación de la nueva fecha acordada para reemplazar el año 2010.

30

El fracaso anunciado por el titular de la noticia, según el texto, se debe a varios motivos señalados a seguir, **con EXCEPCIÓN** de:

- (A) ausencia de sistemas de financiación.
- (B) intereses contrapuestos entre países biodiversos y los industrializados.
- (C) rechazo de parte de las organizaciones ecologistas a la acción lenta y optimista.
- (D) incapacidad del Fondo Mundial Ambiental para aportar recursos.
- (E) anuncio de EE.UU. sobre la reducción a la mitad de su aportación.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31

“Bitributação faz Alemanha romper acordo Brasil desrespeita tratado firmado há 30 anos e que tinha o intuito de evitar a dupla tributação”

A denúncia - modo formal de extinção do tratado - foi feita pelo governo federal alemão em 7 de abril de 2005. O chamado Acordo de Bitributação, firmado em 1975 com o Brasil, no que se refere aos impostos sobre a renda e sobre o capital, deixa de existir em 1º de janeiro de 2006.

Segundo a embaixada da Alemanha no Brasil, o motivo da denúncia foi o esforço alemão, em vão, de submeter o Acordo a uma profunda revisão, pois, a seu ver, muitos aspectos necessitam de atualização. ‘As negociações realizadas com delegações de ambos os governos em final de fevereiro, em Berlim, não lograram êxito, tendo motivado a denúncia por parte do governo federal alemão.’(...)

(Gazeta Mercantil, edição de 1/11/2005)

Um dos pivôs das divergências de interpretação das cláusulas do “Acordo para Evitar a Dupla Tributação em Matéria de Impostos sobre a Renda e o Capital”, firmado entre o Brasil e a República Federal da Alemanha, foi a tributação, no Brasil, das remessas para o pagamento de serviços técnicos que não envolvam transferência de tecnologia, prestados por empresas alemãs que não tivessem estabelecimento permanente no Brasil.

As Autoridades Fiscais brasileiras manifestaram posicionamento oficial no sentido de que tais pagamentos estariam classificados na cláusula “Rendimentos não Expressamente Mencionados” (artigo 22 do Acordo), podendo ser tributados no Brasil, afastando o entendimento de que as referidas remessas receberiam o tratamento, previsto no artigo 7º do Acordo, de:

- (A) Rendimentos de Bens Imobiliários.
- (B) Lucros das Empresas.
- (C) Ganhos de Capital.
- (D) Dividendos.
- (E) *Royalties*.

32

Segundo a classificação prevista no Código Tributário Nacional, assinale o imposto classificado entre os que incidem sobre a produção e a circulação de riquezas.

- (A) ITR
- (B) IPVA
- (C) IR
- (D) IOF
- (E) ITBI

33

Sobre a relação entre a política (fiscal, financeira e econômica) e o controle exercido pelo Tribunal de Contas, sobressai o seguinte entendimento manifestado por Ricardo Lobo Torres: “Há que se distinguir entre o controle dos objetivos das decisões políticas, vedado às Cortes de Contas, e o controle das contas dos órgãos políticos ou das premissas constitucionais (legalidade e economicidade) das decisões políticas, plenamente compatível com a nova estrutura democrática do País” (*in* Tratado de direito constitucional financeiro e tributário, volume V: o orçamento na Constituição – 2ª edição – Rio de Janeiro: Renovar, 2000, p. 380).

Nesse contexto, considerando a ausência de representação popular na investidura de seus membros, a legitimidade política do Tribunal de Contas para ter como objeto de seu controle as decisões políticas advém da(o):

- (A) manutenção de quadro próprio de pessoal.
- (B) condição de órgão auxiliar do Poder Legislativo.
- (C) legitimação popular para deflagrar o processo de controle externo.
- (D) organização segundo as mesmas regras aplicáveis aos Tribunais do Poder Judiciário.
- (E) equiparação à Magistratura quanto às garantias, prerrogativas e impedimentos de seus Conselheiros.

34

F.G.S., nos autos da reclamação trabalhista que move em face de Esportes Modernos Ltda. e Segurança e Asseio S.A., ingressou com agravo de instrumento perante o Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, para ser apreciado pelo Tribunal Superior do Trabalho, objetivando destrancar seu recurso de revista cujo seguimento havia sido negado pelo Juiz Presidente do Tribunal Regional. No julgamento do agravo – que não foi contraminutado – o Ministro Relator constatou que faltava o traslado da procuração do advogado do segundo agravado (que, como os instrumentos de mandato de todas as partes, havia sido juntada aos autos principais). Se o Tribunal Superior do Trabalho julgar de acordo com a sua jurisprudência dominante e com a CLT, optará por:

- (A) converter em diligência o julgamento, concedendo prazo para regularização, e após, decidir o agravo.
- (B) conhecer do agravo e, no mérito, negar-lhe provimento sem conceder qualquer prazo para regularização.
- (C) conhecer do agravo, decidir seu mérito e dar prazo para regularização *a posteriori*.
- (D) conhecer do agravo e decidir o mérito, já que a procuração faltante era do segundo agravado e não do agravante.
- (E) não conhecer do agravo sem examinar o mérito, não concedendo qualquer prazo para regularização.

35

A repartição das receitas tributárias cria para os entes políticos menores o direito a uma parcela da arrecadação do ente maior. A participação direta sobre a arrecadação de impostos alheios revela-se um instrumento:

- (A) privado. (B) financeiro.
- (C) tributário. (D) comutativo.
- (E) sinalagmático.

36

A espécie tributária cujos fatos geradores não se vinculam a qualquer prestação específica por parte do Estado, destinando-se, em regra, a remunerar as necessidades globais do serviço público indivisível é o(a):

- (A) imposto.
- (B) empréstimo compulsório.
- (C) taxa.
- (D) contribuição social.
- (E) contribuição de intervenção no domínio econômico.

37

Sobre as imunidades tributárias, está correto afirmar que:

- (A) podem ser gratuitas ou onerosas.
- (B) são sempre objetivas, por excluir das imposições determinadas mercadorias ou bens.
- (C) abrangem apenas a obrigação principal, não se estendendo às obrigações acessórias.
- (D) a imunidade das instituições de assistência social compreende apenas o patrimônio, a renda e os serviços, relacionados com as suas finalidades essenciais.
- (E) a imunidade recíproca protege as pessoas de direito público contra os impostos incidentes sobre o patrimônio, a renda, os serviços, a produção e a circulação de riquezas.

38

Analise os seguintes casos de responsabilidade tributária:

- I - do inventariante, pelos tributos devidos pelo espólio;
- II - dos pais, pelos tributos devidos por seus filhos menores;
- III - da pessoa jurídica que resultar de fusão, pelos tributos devidos pela(s) pessoa(s) jurídica(s) fusionada(s);
- IV - do adquirente de estabelecimento comercial de outra empresa, pelos tributos relativos ao estabelecimento adquirido, no caso de a alienante prosseguir na exploração da sua atividade.

De acordo com o Código Tributário Nacional, configuram casos de responsabilidade por sucessão:

- (A) I e II, apenas. (B) I e III, apenas.
- (C) III e IV, apenas. (D) II, III e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

39

Sobre as hipóteses de suspensão da exigibilidade do crédito tributário, está correto afirmar que:

- (A) dispensam o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal cujo crédito esteja suspenso.
- (B) implicam que fiquem suspensos os prazos da prescrição e da decadência.
- (C) a moratória somente pode ser concedida em caráter geral.
- (D) a medida liminar interrompe a incidência da multa de mora desde a sua concessão até 30 (trinta) dias após a decisão que considerar devido o tributo.
- (E) o depósito judicial integral, incluindo os acréscimos moratórios e a correção monetária devidos até a data de sua efetivação, suspende a fluência da multa de mora mas não resguarda o contribuinte contra a fluência dos juros e da correção monetária futuros.

40

É exemplo de processo administrativo ablativo o que tem por objeto:

- (A) cassação de licença.
- (B) pedido de licença para edificar.
- (C) pedido de permissão de uso de bem público.
- (D) licitação para aquisição de bens, obras ou serviços.
- (E) concurso público para cargo na administração direta.

41

A doutrina aponta como restrições excepcionais ao princípio da legalidade:

- I - as normas contidas nas medidas provisórias;
- II - o estado de defesa;
- III - o estado de sítio.

Está(ão) correta(s):

- (A) II, apenas.
- (B) III, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.

42

Nas licitações, o exame da idoneidade jurídica, técnica e financeira dos licitantes que pretendem participar de certas e futuras concorrências de um único e mesmo empreendimento chama-se:

- (A) pré-qualificação.
- (B) qualificação.
- (C) habilitação.
- (D) habilitação prévia.
- (E) pré-classificação.

43

Ao tratar da concessão, permissão e autorização de serviços públicos, Maria Sylvia Zanella di Pietro ressalta que “é preciso considerar dois sentidos do vocábulo precariedade: (a) de um lado, significa que o ato é revogável a qualquer tempo, por iniciativa da Administração; (b) de outro lado, significa outorga sem prazo estabelecido e, portanto, revogável a qualquer momento pela Administração, sem direito à indenização” (*in* Parcerias na Administração Pública: concessão, permissão franquias, terceirização e outras formas. São Paulo: Atlas, 1996)

Tendo por referência esses dois sentidos do termo “precariedade”, está correto afirmar que:

- (A) na concessão não há precariedade em nenhum dos seus sentidos.
- (B) na permissão não há precariedade em nenhum dos seus sentidos.
- (C) na concessão, a precariedade encontra-se presente no seu primeiro sentido, apenas.
- (D) na permissão, em regra, a precariedade encontra-se presente no seu primeiro sentido, apenas.
- (E) na permissão qualificada ou condicionada, a precariedade encontra-se presente no seu segundo sentido.

44

Constituem formas de interferência do Estado na ordem econômica:

- I - o exercício de seu poder de polícia administrativa, atuando como agente normativo e regulador da atividade econômica;
- II - a exploração direta de atividade econômica pelo Estado, atuando empresarialmente mediante pessoas que cria com tal objetivo;
- III - o fomento, mediante incentivos à iniciativa privada.

Está(ão) correta(s):

- (A) I, apenas.
- (B) III, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

45

Sobre os atos administrativos, assinale a afirmação correta.

- (A) As autorizações, em regra, constituem atos bilaterais.
- (B) Os atos da Administração são, por definição, atos administrativos.
- (C) É vedada a prática de atos abstratos pela Administração Pública.
- (D) É exemplo de ato constitutivo a demissão de um funcionário público.
- (E) Os efeitos prodrômicos do ato administrativo são espécie de efeito típico do ato.

46

Considerando “Ação Monitoria” e “Procedimento Monitorio” como sinônimos, é correto afirmar que:

- (A) a prova escrita pode ser composta por vários documentos que, em conjunto, sejam capazes de legitimar a ação monitoria.
- (B) o demandado, ao receber o mandado monitorio, pode optar pelo oferecimento de embargos, que dependem de prévia segurança do Juízo.
- (C) em sendo cabível a utilização do procedimento monitorio, o demandante fica impedido de utilizar os procedimentos ordinário e sumário.
- (D) caso o réu cumpra o mandado monitorio, ficará isento do pagamento de honorários advocatícios, respondendo, porém, pelas custas processuais.
- (E) o título de crédito executivo permite a utilização do procedimento monitorio no direito brasileiro.

47

A concessão de tutela jurisdicional cautelar que afinal se verificar imprópria pode gerar, para o demandante, responsabilidade pelos danos indevidamente causados ao demandado. Mesmo considerando-se a responsabilidade Processual Civil um instituto autônomo em relação à Responsabilidade Civil, é forçoso reconhecer alguns conceitos comuns, como, exemplificativamente, a Responsabilidade Subjetiva e Objetiva. Tendo em vista a sumariedade da cognição exercida no processo cautelar, a responsabilidade por danos indevidamente causados ao demandado é questão de elevada importância.

Assinale a opção que, relativamente à efetivação de medida cautelar concedida *Inaudita Altera Parte*, apresenta um caso em que a responsabilidade processual do demandante é subjetiva.

- (A) Quando não há o ajuizamento da ação principal no prazo de 30 dias.
- (B) Quando a sentença no processo principal é desfavorável.
- (C) Quando não é promovida a citação do requerido em 5 dias.
- (D) No caso de litigância de má-fé do litigante ímprobo ou temerário.
- (E) No caso de ser reconhecida, no processo cautelar, a prescrição ou a decadência do direito do autor.

48

Analise as seguintes hipóteses:

- I - contra a parte não unânime de acórdão proferido no julgamento de apelação cuja unanimidade fora parcial;
- II - contra acórdão não unânime que julga improcedente o pedido em ação rescisória;
- III - contra acórdão não unânime, proferido no julgamento de apelação que contém apenas matéria de preliminar processual;
- IV - contra acórdão não unânime que julga o mérito da lide ao dar provimento à apelação interposta contra sentença terminativa.

Considerando presentes os demais pressupostos dos embargos infringentes, a(s) hipótese(s) em que é possível a utilização do referido recurso é(são):

- (A) III, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) I e IV, apenas.
- (E) II e IV, apenas.

49

Ao promover uma execução, o Banco "Y" consegue realizar a penhora de um imóvel comercial de propriedade do devedor, que é uma pessoa física. Sobre a situação descrita, assinale a afirmação **INCORRETA**.

- (A) O devedor pode, a qualquer tempo, mas antes da arrematação ou da adjudicação, requerer a substituição do bem penhorado por dinheiro.
- (B) A eventual alienação posterior do bem, por ato entre vivos, não impossibilita o prosseguimento da execução.
- (C) Existindo mais de uma penhora sobre um mesmo bem, conservar-se-á a preferência processual, que cessará no caso de ser decretada a insolvência do devedor.
- (D) Em sendo um bem penhorado insuficiente para a satisfação integral do débito, inclusive custas e honorários advocatícios, poderá o credor solicitar reforço de penhora.
- (E) Para providenciar o registro da penhora no ofício imobiliário o exequente necessita de mandado judicial.

50

João ajuizou uma ação contra Manoel alegando que seu carro fora abalroado pelo carro do réu. Em contestação, Manoel afirma que a versão apresentada pelo autor não é verdadeira, e que o veículo de sua propriedade é que fora atingido pelo veículo do autor, verdadeiro causador do acidente.

Sobre a hipótese narrada, indique a afirmação correta.

- (A) Tendo em vista que o réu argüiu um fato negativo, ou seja, não ter batido no carro do autor, a lei desloca para o réu o ônus da prova.
- (B) Tendo o réu argüido em sua defesa fato modificativo do direito do autor, desloca-se o ônus da prova para ele, réu.
- (C) Apesar de o réu não ter argüido em sua defesa fato extintivo do direito do autor, caberá a ele, réu, a iniciativa de demonstrar a inverdade da versão autoral.
- (D) Como o réu alegou em contestação fato modificativo do direito do autor, o fato constitutivo do direito de João tornou-se incontroverso.
- (E) Como o réu contestou a ação negando veracidade à versão do autor, caberá ao autor o ônus probatório sobre a veracidade de sua versão.

51

João ajuíza ação ordinária contra Manoel pleiteando que lhe seja entregue um quadro antigo e raro, que seria de sua propriedade, estando irregularmente sob a posse de Manoel. Após contestada a ação e antes de ser proferida sentença, Manoel vende o quadro objeto do litígio a Caio. Caio, por sua vez, constitui advogado, que requer a substituição processual de Manuel para seu cliente, Caio. João não concorda com esse requerimento, formula impugnação direta e pleiteia o desentranhamento e devolução ao signatário da petição do advogado de Caio. O que deverá ocorrer, tendo em vista as disposições do Código de Processo Civil e a não-concordância da parte contrária com a substituição requerida?

- (A) Não será permitido ao adquirente intervir no processo de qualquer forma.
- (B) Será permitido ao adquirente intervir no processo assistindo o alienante.
- (C) Caberá ao adquirente intervir no processo através de oposição.
- (D) A sentença proferida entre as partes originárias não ostentará os seus efeitos ao novo adquirente.
- (E) O Magistrado decidirá sobre a conveniência da substituição processual, sendo irrelevante a opinião de João.

52

Sobre o delito “peculato”, assinale a afirmação correta.

- (A) O peculato não admite a figura da tentativa.
- (B) O funcionário público que desvia dinheiro, mas que possui créditos reais contra a Administração Pública, não comete peculato.
- (C) O funcionário público que se apropria de bens do Estado com a intenção de posterior devolução comete peculato.
- (D) O peculato-apropriação se distingue do peculato-desvio pela presença do dolo como elemento subjetivo do tipo penal.
- (E) Na figura do peculato-desvio, a consumação ocorre no momento em que o agente obtém o proveito próprio ou alheio.

53

A respeito dos institutos básicos de Direito Civil, assinale a afirmação correta.

- (A) A capacidade de fato das pessoas jurídicas é caracterizada pela sua aptidão para serem titulares de direitos e obrigações.
- (B) “Capacidade de fato” e “capacidade de direito” passaram a ser expressões de conteúdo idêntico, à luz da nova sistemática introduzida pelo Código Civil de 2002.
- (C) Pela aplicação da teoria do órgão, as pessoas jurídicas são apresentadas por seus órgãos, exteriorizadores de sua vontade.
- (D) Tendo-se em vista o princípio da consensualidade contratual, a personalidade das pessoas jurídicas surge com o simples acordo de vontades de seus fundadores.
- (E) Tendo a interdição caráter constitutivo, é impossível pleitear a invalidação de ato praticado antes de sua proclamação, ainda que provada a incapacidade do agente à época.

54

Sobre a existência, validade e eficácia dos atos jurídicos, é correto afirmar que:

- (A) o ordenamento jurídico tutela a existência de condições puramente potestativas somente quando envolvido na relação jurídica direito de ordem subjetiva.
- (B) o ato ilícito não é apto a produzir qualquer efeito jurídico, pois a validade é pressuposto lógico da eficácia.
- (C) determinado negócio jurídico, pendente condição suspensiva, tem eficácia restrita até a implementação da mesma, o que não lhe retira a existência nem mesmo a validade, desde que obedecidos os requisitos legais.
- (D) são requisitos de existência do ato jurídico a presença de agente capaz, objeto lícito e possível e forma prescrita ou não defesa em lei.
- (E) sendo a doação exemplo típico de contrato gratuito, não pode estar sujeita a qualquer encargo.

55

Pela teoria clássica, é possível definir contrato como o acordo de vontades estabelecido com o propósito de produzir efeitos jurídicos. Levando-se em consideração o conceito de contrato, suas características e espécies, é **INCORRETO** afirmar que:

- (A) ao estipular que os contratos devem obedecer à forma prescrita ou não defesa em lei como requisito de validade contratual, consagra o Código Civil os princípios do informalismo e da tipicidade dos contratos.
- (B) em sua primeira acepção, enquanto fruto de acordo de vontades, todo contrato é bilateral ou até mesmo multilateral, sendo permitida, todavia, a classificação em bilaterais e unilaterais quando se verifica que o contrato acarreta obrigações a ambas ou apenas a uma das partes.
- (C) o mútuo é contrato do gênero empréstimo, que pode ser remunerado ou não; caso celebrado da forma onerosa, será denominado mútuo feneratício.
- (D) os vícios de validade dos contratos podem ser divididos em nulidade ou anulabilidade, conforme o requisito legal não atendido.
- (E) os contratos são, junto com as declarações unilaterais de vontade, espécies do gênero ato jurídico.

56

De acordo com as disposições sobre o instituto da propriedade no Código Civil em vigor, assinale a afirmação correta.

- (A) As faculdades de usar, gozar e dispor são inerentes à propriedade sobre o bem, porém, é vedado ao proprietário reaver a coisa em poder do possuidor, ainda que ilegítimo, tendo em vista a autonomia da posse em relação à propriedade.
- (B) O Código Civil de 2002 caracterizou-se pelo alargamento dos prazos de efetivação do usucapião, consagrando a fundamentabilidade do direito de propriedade previsto no art. 5º da Constituição Federal.
- (C) Adquire a propriedade sobre bem imóvel, independente de justo título e boa-fé, aquele que durante 20 anos ininterruptos possui o imóvel como se fosse seu.
- (D) É nula de pleno direito a promessa de compra e venda de bem imóvel não levada a registro público junto à matrícula do imóvel.
- (E) São defesos ao proprietário os atos sobre o bem que não lhe trazem qualquer comodidade ou utilidade, praticados com intuito de prejudicar outrem.

57

A respeito do domicílio, marque a afirmação correta.

- (A) O conceito de domicílio confunde-se com o de residência, nos inovadores termos do Código Civil de 2002.
- (B) As pessoas jurídicas estatais – União, Estados e Municípios – não possuem domicílio.
- (C) Como vigora em nosso sistema o princípio da unicidade de domicílio, é vedado ao particular possuir domicílio profissional diverso daquele de caráter residencial.
- (D) É instituto caracterizado por um elemento objetivo, qual seja o estabelecimento físico da pessoa, e outro subjetivo, configurado pelo *animus* de permanência definitiva.
- (E) Havendo pluralidade de residências, cabe à autoridade pública indicar o domicílio da pessoa natural, a qual não terá direito à opção.

58

A cláusula de inalienabilidade poderá ser instituída das seguintes formas:

- I - mediante a manifestação de vontade mútua das partes contratantes;
- II - por ato de vontade do testador sobre a parte disponível da herança;
- III - por meio de negócio jurídico, com a presença de duas testemunhas;
- IV - quando se tratar de legítima, mediante justa causa declarada no testamento;
- V - por ato *inter vivos*, somente na hipótese de doação.

Estão corretas, apenas, as formas:

- (A) I e IV
- (B) III e IV
- (C) I, II e V
- (D) I, III e V
- (E) II, IV e V

59

Em uma sociedade limitada, quando o sócio remisso, devidamente notificado, deixa de cumprir a obrigação no prazo de 30 (trinta) dias, de acordo com o Código Civil, os sócios **NÃO** podem optar pela:

- (A) indenização.
- (B) resolução da sociedade em relação ao sócio remisso.
- (C) manutenção do capital social sem sua integralização.
- (D) redução do capital social até montante correspondente às cotas do remisso.
- (E) redução da cota ao montante efetivamente pago.

60

A disciplina jurídica da hipoteca vem assentada em dois pilares fundamentais - a publicidade e a especialidade - de extrema importância na organização do sistema da propriedade imobiliária brasileiro. Levando-se em consideração as disposições legais inerentes à hipoteca, marque a afirmativa **INCORRETA**.

- (A) A hipoteca é direito real de garantia de natureza essencialmente civil, ainda que as partes contratantes sejam empresárias e a dívida originária de natureza mercantil.
- (B) A indivisibilidade é característica inerente à própria essência da hipoteca, pois, enquanto não liquidada a dívida, subsistirá a garantia sobre a totalidade dos bens hipotecados, desde que também indivisíveis.
- (C) O bem oferecido em hipoteca pode ser do próprio devedor ou de terceiro estranho ao negócio jurídico originário.
- (D) Qualquer dívida pode ser garantida por hipoteca, seja ela atual, futura, condicional, a termo ou pura e simples, impondo-se, apenas, nas dívidas futuras ou condicionais, a definição prévia do valor máximo da obrigação garantida.
- (E) Em relação ao bem hipotecado, é vedada a estipulação do pacto comissório, através do qual seria permitido ao credor ficar com o objeto da garantia na hipótese de inadimplemento da obrigação, sob pena de nulidade.

61

Analisando-se o instituto da cessão de crédito, pode-se afirmar que:

- (A) o Código Civil de 2002 simplificou o mecanismo de cessão, facultando às partes a notificação do devedor, já que as dívidas de natureza civil são quesíveis.
- (B) a cessão de crédito de natureza civil exige a forma pública para que produza efeitos entre as partes.
- (C) quando a cessão de crédito é necessária, o formalismo exigido pela lei é ainda maior.
- (D) para que a proibição convencional à transferência de crédito produza efeitos perante terceiros de boa-fé, deve constar do instrumento da obrigação.
- (E) havendo proibição à transferência de determinado crédito, a eventual celebração da cessão é válida entre as partes, porém ineficaz.

62

Na sistemática do Código Civil de 2002, a aplicação da Lei das Sociedades por Ações às sociedades limitadas é:

- (A) automática, tendo em vista a disposição expressa do Código Civil a esse respeito.
- (B) subsidiária em relação às normas de sociedade simples.
- (C) dependente de disposição contratual expressa nesse sentido e da contratualidade da matéria.
- (D) condicionada ao caráter institucional da sociedade.
- (E) supletiva ao capítulo de sociedades limitadas em qualquer matéria.

63

Levando-se em consideração o instituto da cláusula penal e o tratamento recebido pelo legislador do Código Civil de 2002, analise as afirmativas abaixo.

- I - A cláusula penal deve constar expressamente do mesmo instrumento da obrigação.
- II - Para que o devedor incorra de pleno direito na cláusula penal, é necessário que deixe de cumprir a obrigação dolosamente.
- III - O valor da obrigação prevista na cláusula penal não pode ultrapassar o valor da obrigação principal.
- IV - Para exigir o cumprimento da cláusula penal, o credor deverá fazer prova de seu prejuízo.
- V - Tratando-se de obrigação indivisível, caindo em falta um dos devedores, a cláusula somente a ele atingirá.

Está(ão) correta(s), somente, a(s) afirmação(ões):

- (A) III
- (B) I e III
- (C) I e IV
- (D) II e V
- (E) II, III e IV

64

A alienação fiduciária em garantia é espécie de contrato em que o credor tem apenas o domínio resolúvel e a posse indireta do bem alienado, enquanto o devedor mantém-se na posse direta do bem, na qualidade de depositário. Levando-se em consideração as disposições de lei relativas à alienação fiduciária, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- (A) Requerida pelo credor a busca e apreensão do bem móvel objeto da alienação fiduciária em garantia, é vedado ao devedor emendar a mora com o simples depósito das prestações vencidas em atraso.
- (B) Adimplida a dívida originária, resolve-se o domínio em favor do devedor fiduciante, que volta a gozar da plena propriedade sobre o bem.
- (C) Quando a alienação fiduciária tem por objeto bem imóvel, inadimplida a obrigação, cabe ao credor exercer seus direitos através do instituto da consolidação.
- (D) Se o bem não for encontrado na posse do devedor, a ação de busca e apreensão será convolada em ação de depósito.
- (E) A alienação fiduciária em garantia é contrato de caráter instrumental ao contrato de mútuo que se pretende garantir.

65

Em determinada Sociedade Anônima de capital autorizado, a Assembléia Geral Extraordinária deliberou pelo aumento do capital social, com emissão de novas ações, destinando percentual dessas novas ações à opção de compra de ações pelos empregados da companhia. Diante disso, assinale a afirmativa correta.

- (A) Se nenhum empregado exercer a opção, restará frustrado o aumento de capital da referida sociedade.
- (B) Tratando-se de sociedade anônima, cabe aos fundadores fixar o *quorum* de deliberação na hipótese de aumento de capital, tendo em vista a lacuna da lei.
- (C) É vedada a emissão de ações de espécies distintas daquelas existentes antes do aumento.
- (D) Os acionistas dissidentes têm assegurado direito de retirada, caso não respeitado o caráter *intuitu personae* dessas sociedades previsto na lei.
- (E) Aos acionistas da companhia é defeso invocar o direito de preferência na aquisição das novas ações face à opção de compra atribuída aos empregados da sociedade.

66

Em relação ao controle acionário e ao *tag along*, são feitas as afirmativas abaixo.

- I - É vedada ao controlador a alienação das ações integrantes do bloco de controle, antes de oferecê-las aos minoritários.
- II - O *tag along* poderá ser estendido às ações preferenciais com direito de voto.
- III - Havendo previsão estatutária, a oferta pública imposta ao adquirente do bloco de controle poderá abranger as ações sem direito de voto.
- IV - A alienação direta ou indireta do controle somente poderá ser contratada sob a condição suspensiva ou resolutiva do *tag along*.
- V - A alienação do controle acionário independe de autorização da Comissão de Valores Mobiliários.

As afirmativas corretas são:

- (A) I e III, apenas.
- (B) II e IV, apenas.
- (C) III e IV, apenas.
- (D) I, II e V, apenas.
- (E) I, III e IV, apenas.

67

A Lei nº 11.101/05, ao regular a recuperação judicial de empresas, pressupõe a organização de um sistema jurídico capaz de preservar a empresa viável, que, porém, atravessa um estado de crise econômica, através da reestruturação da atividade e composição dos interesses dos credores. Sendo assim, é correto afirmar que:

- (A) a recuperação produz efeitos somente em relação aos credores quirografários, assim como ocorria na concordata preventiva.
- (B) o plano de recuperação aprovado implica novação dos créditos anteriores ao pedido existentes contra o devedor.
- (C) em razão da índole contratual da recuperação, o plano deverá ser aprovado pela unanimidade dos credores a ele sujeitos.
- (D) do despacho que mandar processar a recuperação, caberá agravo no prazo de 10 (dez) dias.
- (E) após concessão da recuperação judicial pelo Juiz, o devedor só poderá desistir do pedido se aprovada a desistência na assembléia de credores.

68

É dever do administrador de sociedade anônima aberta:

- (A) comunicar à Bolsa de Valores e divulgar na imprensa qualquer deliberação ou fato relevante ocorrido nos negócios da companhia que possam repercutir de forma considerável nos interesses dos investidores do mercado.
- (B) manter em sigilo sua posição no quadro de sócios da companhia que representa, sob pena de influenciar as decisões de mercado sobre a compra e venda de valores mobiliários de sua emissão.
- (C) arquivar na Junta Comercial, a cada transferência de ações operada em Bolsa de Valores, a alteração do estatuto da sociedade, indicando os novos acionistas e, assim, garantindo a informação do mercado.
- (D) praticar todos os atos que guardem relação direta ou indireta com o objetivo da companhia, inclusive a oneração de imóveis, que tragam à sociedade vantagem econômica imediata, ainda que da prática do ato seja beneficiado diretamente.
- (E) informar à Bolsa de Valores, na qualidade de entidade reguladora atuante na estrutura das companhias abertas, a emissão de novos valores mobiliários, como meio de garantir a publicidade dos atos da sociedade perante terceiros.

69

João Carlos, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, avalizou obrigação representada em nota promissória emitida por seu amigo Márcio, sem o consentimento de sua mulher, Maria. Em razão do não-pagamento da nota promissória, João Carlos foi executado pelo credor, que penhorou bem imóvel do casal. Maria poderá:

- (A) opor embargos de devedor, tendo em vista a unidade dos interesses dos cônjuges.
- (B) postular a exclusão da meação, através de embargos de terceiro, desde que provado o prejuízo sofrido.
- (C) pleitear a anulação do aval dado sem seu consentimento.
- (D) pedir a declaração da nulidade absoluta do ato, pois pouco importa o regime de bens do casamento, será sempre necessária a outorga uxória.
- (E) regredir contra João Carlos, pois, em relação ao credor, prevalece a autonomia das obrigações cartulares e nada poderá ser feito.

70

Com relação aos efeitos da sentença declaratória de falência, assinale a afirmação **INCORRETA**.

- (A) A sentença de falência não resolve os contratos bilaterais do falido, os quais poderão continuar sendo cumpridos pelo administrador judicial.
- (B) A sentença que declara a falência de uma sociedade em nome coletivo acarreta também a falência de todos os sócios.
- (C) O administrador judicial poderá a qualquer tempo denunciar contrato de locação celebrado pelo falido.
- (D) Ao contrário do que ocorria no sistema anterior, a nova Lei de Falência afastou o vencimento antecipado das obrigações do falido por força da sentença.
- (E) É válida a cláusula contratual que prevê a resolução do contrato por força da sentença de falência.